

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA SUPERIOR DE AGRICULTURA “LUIZ DE QUEIROZ”
LCF0679 – Políticas Públicas, Legislação e Educação Florestal
Prof. Dr. Marcos Sorrentino
Eduardo Molina Rodriguez, N° USP: 8968522

O Estado Teatral e a Implementação do Direito Ambiental

Tal texto tem como escritores Herman e Benjamin, tendo como intuito nos mostrar as problemáticas e dificuldades que existem por trás da implementação das leis do Direito Ambiental no Brasil, nos passando o sentido de Estado Teatral, que é quando a lei não está sendo implementada de forma correta, existindo um grande vazio entre a criação da lei e sua implementação, mostrando uma grande separação entre a norma escrita e a aplicada, nos transmitindo uma Ordem Pública ambiental que será incompleta.

Primeiramente nos foi passado um histórico sobre a importância e preocupação da sociedade em relação as questões ambientais antigamente, mostrando o descaso da população, pois não era dada tanta importância a tal assunto, utilizando a ideia de que era necessário ocorrer o desmatamento para que o espaço até então “inutilizado” pudesse ser utilizado. Porém atualmente estas questões estão sendo olhadas de outra forma, agora com muito mais importância, devido às consequências que trazem ao país e ao mundo. Houve também o destaque para o Direito Público e o Direito Privado, mostrando que muitas vezes o privado invade o público.

No Brasil existe uma vasta legislação ambiental devido à grande diversidade de fauna e flora que o país contém, porém estas não são aplicadas de maneira correta. A falta de fiscalização é o principal fator que gera esta má aplicação das leis, não conferindo os resultados esperados que a lei obriga a serem realizados. Falta também a punição para quem descumpra a lei, pois através desta as multas podem ser cobradas, o que irá gerar desconforto para quem infringi-las, pois este precisará pagar uma certa quantia. Somente com uma melhor fiscalização e maior implementação das punições que as leis serão cumpridas com maior rigor.

Porém, o fato de existirem muitas leis se tratando da parte ambiental traz também à tona o fato de diversas interpretações sobre tais leis, não sendo possível uma explicação concreta, plausível e que seja de interpretação unânime à todos.

Devido a tudo isso o papel das políticas públicas no âmbito da educação ambiental e florestal é de extrema importância, pois somente assim a população

pode ser conscientizada da importância que tais leis geram para a sociedade e das consequências do que acontece quando se trata a natureza do jeito que está sendo tratada. Devem existir mais meios que envolvam a conscientização da população, pois o meio ambiente está em constante degradação devido às ações dos humanos e isso pode trazer danos irreversíveis à população de todo o planeta.